

REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA ARISTOCRACIA DA FLORENÇA DO QUATTROCENTO

María Verónica Pérez Fallabrino
Graduada em História pela Universidade Tuiuti do Paraná.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as representações femininas segundo como eram concebidas nos ambientes da alta aristocracia da Florença do século XV. A partir da estreita relação entre História e Literatura, este estudo apoiou-se em obras literárias produzidas por teóricos da época, resgatando através delas o ideal feminino exaltado e reproduzido entre os membros da elite florentina.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, aristocracia, Renascimento florentino.

ABSTRACT: This article aims to analyze the female representations as conceived within Florence's aristocracy of the 15th Century. Using the close relation between History and Literature, this study is based on literary works produced by Renaissance's scholars, extracting from them the female ideal as exalted and reproduced by the members of the Florentine's elite.

KEYWORDS: women, aristocracy, Florence Renaissance.

As famílias de grandes mercadores, banqueiros e homens empenhados com a organização e prosperidade da cidade, constituíam a ampla maioria da aristocracia da Florença do século XV. Com o impulso de suas riquezas, acabaram promovendo a mobilização social que os levou a formar parte da elite florentina. Ao igualar materialmente o nível de vida dos nobres ou ao unir suas fortunas em casamento com tradicionais linhagens da nobreza, estes chefes de família tornaram-se as figuras mais relevantes da economia, da administração e do patrocínio cultural da cidade berço do Renascimento.

Cabe mencionar, que havendo pertencido anteriormente aos grupos não elitistas da sociedade, o esforço destes homens de negócios não se centrava somente no êxito de seus empreendimentos políticos ou comerciais, inquietava-os também o anseio de serem reconhecidos entre seus contemporâneos por outros fatores que não exclusivamente a grandeza de suas fortunas. Nesta procura, fizeram prevalecer nas novas sociabilidades promovidas na cidade a sua forma de apreender a realidade social. Foi neste contexto que o

Representações femininas na aristocracia da Florença do *Quattrocento* – por María Verónica Pérez Fallabrino

mundo moderno viu valores como o espírito cívico, a virtude moral, a educação laica e a instituição familiar tornarem-se importantes no cotidiano dos homens e mulheres da Renascença.

Com a afirmação desta nova tradição, as fronteiras que limitavam o privado e o público na vida dos florentinos tornaram-se indefinidas. Família e Estado eram duas instituições estreitamente ligadas entre si: o bom governo da primeira repercutia na estabilidade da segunda. Na vida destes homens e mulheres, o exercício civil “*começava em casa, microcosmo da comunidade e do estado*” (D’ELIA, 2004: 83).¹

Foi assim como, a assídua prática dos valores deste grupo acabou por refletir notoriamente nas representações de gênero construídas, apreendidas e difundidas entre os membros da alta sociedade florentina.² O equilíbrio da ordem civil se sustentava na dinâmica que equilibrava, em um extremo, as conquistas econômicas e o desempenho público de seus homens, e no outro, o cuidado dos assuntos domésticos e o governo familiar de suas mulheres. Em meio a estas normas de organização social o universo feminino ganhou notoriedade e importância. As mulheres foram contraparte e complemento de seus esposos, tornando-se ambos cônjuges elementos essenciais no sustento da entidade familiar, bloco primordial sobre o qual se erguia o governo da cidade. Segundo ditavam as regras da organização civil, aos homens correspondia o prover e às mulheres o manter. Assim, opostas e complementares, as funções sociais masculinas e femininas contribuíram na manutenção e perpetuação dos interesses da alta aristocracia do *Quattrocento*.

Espaços do feminino: o matrimônio e a família

Antes de fazer referência ao universo das mulheres da alta sociedade da Florença renascentista, cabe uma menção aos espaços que definiram a notoriedade do papel social feminino: o matrimônio e a família. A relevância que as instituições matrimonial e familiar adquiriram durante a Renascença evocam fundamentos diversos, relacionados tanto com a

¹ Toda vez que citações correspondentes a fontes e bibliografia em língua estrangeira sejam referenciadas ao longo do texto, a tradução será de autoria própria.

² Para conduzir e dar alicerce à análise aqui proposta, se terá por fundamento teórico o conceito de representações sociais proposto por Roger Chartier. Conforme o próprio Chartier as define, estas representações do mundo social são construções determinadas por interesses de grupo, os quais impõem, por meio delas, a sua concepção de realidade, seus próprios valores e seu domínio. No contexto aqui estudado, a teoria deste historiador permite compreender as formas de pensar do período, assim como a forma em que as representações sociais eram criadas e comandavam o comportamento e as ações de homens e mulheres. Igualmente, ao privilegiar uma temática relacionada ao universo feminino surge uma aproximação com outra concepção, fundamentada nas relações de gênero e tendo em Joan Scott a referência teórica. A categoria gênero apontada por Scott refere-se à organização social da relação entre os sexos e implica, por tal, estudar conjuntamente o feminino e o masculino.

Representações femininas na aristocracia da Florença do *Quattrocento* – por María Verónica Pérez Fallabrino
singularidade dos interesses de cada família quanto com a pluralidade dos interesses que
perseguiram o bem da sociedade civil.

Em uma primeira instância, vale ressaltar que os laços de união tecidos pelos matrimônios celebrados entre a alta aristocracia iam além da relação homem-mulher: o casamento era uma forma de entrelaçar as relações de poder entre as famílias. Ambos os noivos eram instrumentos na construção de alianças sociais, políticas e econômicas. Os grupos mais abastados, que podiam sustentar os elevados dotes para casar as filhas, aspiravam a construir grandes redes de linhagens aliadas, ou *parentadi*, dentro e fora da cidade. Assim sendo, a união matrimonial não era uma decisão pessoal envolvendo preferências individuais, ela era uma decisão estratégica que implicava interesses de grupo.

Nesta perspectiva, se as filhas significavam um peso para os pais pelo custo cada vez mais elevado do dote que estes deviam pagar à família do noivo na hora de casá-las, elas também ofereciam a possibilidade de proveitosos casamentos muito mais rápido do que os filhos homens.³ As mulheres da rica sociedade eram casadas muito mais cedo do que os rapazes, representado rápidos e úteis instrumentos no tramado de amizades e laços de parentesco vantajosos.

Do mesmo modo como permitia o encadeamento das relações de poder, o matrimônio contribuía com a organização social e moral da vida urbana. O casamento e as responsabilidades familiares davam consciência social à população masculina, subjugavam o comportamento imoral e irresponsável da juventude, ajudando assim a manter a ordem estabelecida dentro das cidades. Era somente através do casamento que o homem se tornava um membro completo da sociedade, este compromisso representava uma forma de incumbência ética e civil e uma forma de perpetuação do nome familiar.

A importância da unidade familiar também se centrava no fato de que, através dela, eram instituídos os papéis de homens e mulheres dentro da sociedade. A valorização da família e o maior apreço deste período pelas mulheres, fizeram com que as funções de esposa e mãe ganhassem maior significado na sociedade.

Dentro do matrimônio, embora subordinada ao marido, a esposa passou a ser mais ponderada que em períodos anteriores. Como, em decorrência da expansão urbana, as cidades italianas precisaram mais de seus homens para atender as questões administrativas e governamentais, o cuidado dos assuntos referentes à casa, tornaram-se uma função

³ A tradição da entrega de um dote à família do noivo no momento do casamento das filhas, existia desde finais da Idade Média, mais especificamente, sabe-se desta prática desde o século XII. No entanto, com o passar dos séculos, o valor do dote foi aumentando consideravelmente, até acabar em enormes sumas à época do Renascimento. Reunir o valor do dote podia condicionar inclusive os recursos das famílias mais abastadas. Neste sentido, em Florença, criou-se em 1425 um fundo de inversões para ajudar aos pais na tarefa de garantir um dote às filhas chegada a hora de elas casarem, foi o chamado "*monte delle dotti*" (KING, 1993).

Representações femininas na aristocracia da Florença do *Quattrocento* – por Maria Verónica Pérez Fallabrino

feminina. Em meio a este universo privado, as mulheres tiveram uma determinada liberdade, gerindo os assuntos domésticos, dirigindo os serviçais e educando os filhos. Aos homens competia zelar pelos da casa, prover as necessidades materiais, vigiar e cuidar o comportamento dos seus, administrar os negócios e propriedades da família. As mulheres foram vinculadas à esfera doméstica, exercendo no âmbito do privado familiar três funções de grande relevância social e incumbência civil: as de esposa, mãe e dona de casa.

A esposa: fiel companheira no viver

Na vida das moças da Renascença o casamento representava um marco crucial, pois a partir desse momento uniam suas vidas não somente às de seus esposos, mas também à da família deles. Ditava a tradição, que uma vez casadas, as mulheres passassem a morar e fazer parte das famílias de seus maridos. Assim, as jovens esposas viam-se de pronto sendo parte de uma nova casa ou comunidade, e em algumas ocasiões, até morando numa cidade distante. Na nova casa, passavam a viver em meio a uma rede de relações profundamente interligadas, formada por familiares, parentes, amigos e vizinhos, muitas vezes, totalmente alheios ao entorno no qual tinham sido criadas.

Uma vez em casa de seus maridos, o que se esperava destas moças? Qual era o ideal de esposa entre os membros da sociedade florentina? Como o jovem casal, que na maioria dos casos se conhecia apenas no dia da celebração dos esponsais, criava laços mútuos de cumplicidade? Em que forma, se os matrimônios se instituíam estrategicamente por interesses em nada relacionados às emoções e sentimentos dos contraentes, era construída a relação marido-mulher?

Neste sentido, resulta muito singular o posicionamento que na época expressaram muitos teóricos da vida familiar. Eles concederam aos esposos o papel de companheiros para a vida. Segundo proclamavam à sociedade, o casamento devia se constituir nos moldes do afeto e do carinho, ser um “*modelo de perfeita amizade*”, como assinalava Francesco Barbaro em *De re uxoria* (In: KOHL; WITT, 1978: 196).⁴

⁴ *De re uxoria (Dos deveres da esposa)* foi composto por Francesco Bárbaro em latim, no outono de 1415. Este tratado apresenta a curiosidade de ter sido concebido para ser um presente de casamento. Barbaro o entregou a seu amigo Lourenço de Médici (o Velho), por motivo da celebração de sua boda com Ginevra Cavalcanti, filha de uma tradicional família florentina. Hei decidido, dizia Barbaro a Lourenço na sua dedicatória, “escrever em consagração a você alguns breves comentários sobre as virtudes das esposas, que eu julgo podem ser muito úteis em ocasião do seu matrimônio [...] Eu não somente hei tomado a composição deste tratado com a finalidade de instruir você, mas também com a intenção de ensinar a outros tantos de sua idade através de você” (In: KOHL; WITT, 1978: 190). A obra se compõe de dois livros, o primeiro deles, trata temas como a natureza do matrimônio, a sua importância social e a escolha da esposa segundo os parâmetros da aristocracia florentina da época – dote significativo, boa família, e bons costumes morais; o segundo oferece em detalhe os deveres cabidos às mulheres no desempenho da função conjugal, amor e obediência ao marido, moderação de vida, administração dos assuntos domésticos e procriação e educação dos filhos.

Contudo, paradoxalmente, o ideal de perfeição no companheirismo do casal pedia a submissão da mulher à autoridade masculina. A sociedade florentina se sustentava em relações de hierarquia homem-mulher. A faculdade de obedecer, primeiro aos pais, e depois ao marido, era uma das principais exigências do ideal feminino do século XV, “*nada mais importante, nada mais grandioso pode ser demandado a uma esposa do que isto*” (BARBARO In: KOHL; WITT, 1978: 193).

Não obstante, se as representações sociais que então eram difundidas asseguravam a submissão da mulher em relação ao homem, por que os teóricos da época pediam que o casamento representasse uma “*perfeita amizade*”? Por que interessava tanto a cumplicidade entre marido e mulher? No diálogo sobre a família de Leon Battista Alberti, nas palavras do personagem Battista, vislumbram-se algumas justificativas:

não me estendo a contar quanta utilidade se extrai desta amizade conjugal e solidariedade, em conservar os assuntos domésticos, em conter a família, em reger e governar toda a economia, todas estas, coisas que estão de tal forma nas mulheres, que muitos estimarão por isto ser o amor conjugal, acima de todos os outros, completíssimo e legítimo (1972: 108).⁵

Segundo sugere o sutil parecer de Alberti nas palavras acima referidas, da mulher se extraía uma “*utilidade*” muito conveniente à vida familiar. Deste modo, mesmo assegurada a subordinação da esposa ao marido, tornava-se necessário que a mulher se sentisse parte ativa, cúmplice, do governo da casa e dos seus. Somente assim, os homens de negócios se garantiam que suas esposas cuidariam com esmero do seu patrimônio. Tal garantia lhes interessava sobremaneira, uma vez que, por estar intimamente comprometidos com a vida política, econômica e cultural da cidade, permaneciam mais afastados do mundo privado da casa que o resto de seus contemporâneos. Muitas vezes seus negócios ou ocupações diplomáticas apartavam-nos temporariamente da família, razão pela qual precisaram encontrar dentro delas o apoio de alguém que zelasse por tudo que concernia ao âmbito doméstico. Ter a cumplicidade da esposa significava, para o chefe de família, a segurança de que ela cuidaria, tanto no dia-a-dia, quanto durante as suas ausências, de seus principais interesses: o seu nome, a sua descendência e a sua riqueza.

⁵ Grande defensor da língua vernácula, Leon Battista Alberti escreveu *I libri della Famiglia (Os livros da família)* em toscano, na forma de um dinâmico diálogo composto de quatro livros. O diálogo se desenvolve em uma casa na cidade de Pádua, no ano de 1421, e ganha forma através de cinco personagens principais: Lorenzo e Adovardo, ambos de meia idade; Lionardo e Battista, os jovens da família; e Gianozzo, um parente distante que contava à época com 64 anos. A obra foi concebida no período de 1433 a 1437. O tema principal que conduz as discussões em todos os seus livros é a relevância do núcleo familiar. Deste, derivam-se assuntos como a função do pai perante a família, os costumes morais, a importância dos filhos e a sua educação, as tradições, o casamento, o significado e os deveres da vida em comum, a administração da casa e do patrimônio.

Nesta breve incursão ao mundo público masculino e ao privado feminino percebe-se a dinâmica de organização social do mundo da alta sociedade do período. Na dinâmica deste jogo, o sustento do privado familiar era um aspecto fundamental exigido à esposa, estando presente nas demandas tanto de Leon Alberti quanto de Francesco Barbaro. No parecer do primeiro, a perfeita companheira devia corresponder à fidelidade, ao cuidado da família e ao governo dos assuntos da casa (1972). Para o segundo, “*amor pelo seu marido, modéstia de vida, e diligente e completo cuidado das questões domésticas*” eram condições que, quando seguidas pela mulher, tornavam o casamento bem sucedido (In: KOHL;WITT, 1978: 192).

Além desta questão comum a ambos humanistas, vale ressaltar também que da esposa se pedia, igualmente, o ser inteiramente fiel ao marido. “*Que nesta cama, mulher minha*”, expressava Alberti através das palavras do patriarca Giannozzo, “*não desejes outro homem que a mim mesmo*” (1978: 270). E ainda, estreitamente relacionada à fidelidade, estava a idéia de castidade, a qual era apreciada como uma virtude suprema em toda mulher. Uma esposa casta garantia a legitimidade dos herdeiros. A honra de toda uma família e dos homens responsáveis por ela girava em torno da conservação da castidade não só das filhas, mas também das esposas (KING, 1993).

Esta qualidade era tão importante socialmente, que se procurava cultivá-la nas filhas da alta sociedade desde o momento em que entravam na mocidade. A partir de então, as jovens permaneciam em casa e sob estrita atenção e vigilância. A realidade delas, era muito diferente daquela das moças das camadas sociais inferiores, às quais as necessidades econômicas as colocavam em contato com o cotidiano do espaço urbano, mundo exterior que as filhas da aristocracia apenas descobriam através do marco de uma janela ou durante o trajeto que as levava à igreja, sempre acompanhadas de seus maiores. O comportamento casto e respeitável em uma moça contava muito na hora de selar acordos matrimoniais, pois uma noiva que se amparava na castidade seria uma esposa digna e fiel ao seu marido.

Entretanto, a qualidade de fidelidade não era valorizada unicamente nas mulheres, mas em ambos esposos. Mesmo que, a sociedade renascentista tenha sido mais condescendente e permissiva com a infidelidade masculina, isto não implica dizer que ela não exigiu do homem valores como o respeito e a fidelidade dentro do matrimônio. Alberti o evidenciou de uma forma muito clara, através do dizer do personagem Lionardo, quem ressaltou ter sido o casamento instituído pela natureza com uma importante condição: “*que o homem tenha firme companhia no viver, e esta seja não mais do que uma única*” (1972: 127).

Desta “*firme companhia no viver*”, a sociedade demandava ainda lealdade a um outro ideal, muito estimado pelos esposos: a virtude da moderação. Esta qualidade em uma dama consistia, especialmente, “*em controlar sua postura, comportamento, fala, vestimenta, e formas de comer e fazer o amor*” (BARBARO In: KOHL; WITT, 1978: 202). Assim, uma conduta moderada significava atender a um conjunto de atitudes que a tornavam digna aos olhos da comunidade e do próprio marido.

As formas de andar, de vestir, de se comportar, diziam muito sobre a condição social das mulheres e sobre a sua dignidade. Valorizava-se o comportamento discreto, as atitudes recatadas, os movimentos sutis, as posturas elegantes e a moderação no vestir, mesmo na intimidade com o esposo.

Ao expressar-se, a mulher tinha que fazer uso de toda a sua prudência e delicadeza. Quando solicitadas deviam responder modestamente, retribuir comentários, mas sempre de uma forma breve e controlada. Não se considerava apropriado que as mulheres comportadas falassem em forma desmedida; além disso, Barbaro sugeria que elas, sempre fossem “*provocadas à conversação ao invés de provocá-la*” (In: KOHL; WITT, 1978: 205).

Não obstante esta continência pública, conversar com os maridos, na intimidade da casa, era exaltado para a manutenção de uma relação conjugal forte e para o crescimento da cumplicidade entre os esposos. Permitam às suas esposas, dizia novamente Barbaro,

discutir abertamente aquilo que as esteja aborrecendo, [...]. Frequentemente, tristezas e preocupações são aliviadas através da discussão e do conselho, que devem ser levados a cabo de uma forma amigável com o esposo. Se o esposo compartilhar todas as pressões de suas ansiedades, as aliviará com sua participação e as fará pesar menos; mas, se os seus problemas forem muito grandes ou profundamente arraigados, eles serão aliviados assim que elas sejam capazes de sentir consolo no abraço do marido (In: KOHL; WITT, 1978: 197).

Aconselhava-se aos esposos permitir às suas mulheres expressarem aquilo que as inquietava, podiam ser assuntos referentes ao cotidiano da casa, preocupações com os filhos, problemas com a economia doméstica ou com os criados, atritos ou aflições familiares. É interessante notar como, em uma sociedade que priorizava o elemento masculino, os teóricos da vida familiar exaltavam a importância da preocupação dos homens com as necessidades emocionais femininas. Com as suas próprias palavras, Barbaro exorta aos seus contemporâneos a serem compreensivos e a oferecer consolo e proteção às suas esposas. Nesta perspectiva, o historiador Jean Delumeau ressaltou que o Renascimento foi uma época mais atenta para com a mulher e a felicidade conjugal do que períodos anteriores (1984). Tal afirmação encontra razões de ser tanto neste aconselhamento de

Representações femininas na aristocracia da Florença do *Quattrocento* – por María Verónica Pérez Fallabrino
Barbaro aos maridos do Renascimento, quanto nas propostas mencionadas dos teóricos da época, de fundamentar a relação conjugal nos princípios de amizade e cumplicidade.

Com base nesta perspectiva, é de grande relevância considerar que sendo a vida matrimonial fundamentada no companheirismo, a relação do casal pedia reciprocidade. Assim, se ao homem correspondia atender às necessidades emocionais de sua mulher, ela precisava retribuir-lhe com a mesma atenção. Novamente Francesco Barbaro era quem oferecia indicações neste sentido, desta vez às esposas, às quais pedia,

se esforçarem para que os seus esposos pudessem claramente perceber que estavam apreensivas ou felizes dependendo dos diferentes estados de sorte deles. Certamente, cumprimentos são adequados em tempos de boa fortuna, assim como condolências são apropriadas em tempos de adversidade (In: KOHL;WITT, 1978: 197).

Por conseguinte, se no início desta análise sobre o papel da esposa destacou-se a importância de seu apoio material dentro da casa, nas palavras acima citadas ressalta-se um outro aspecto da relevância de sua função para a época, o valor de seu apoio moral e emocional ao homem. Se bem é fato que estas mulheres pouco conheciam sobre os negócios de seus esposos, pois estas incumbências não lhes diziam respeito e lhes eram, muitas vezes, escondidas, elas deviam alegrar-se junto com eles dos êxitos obtidos, e sofrer ao seu lado nos maus momentos. Esse apoio e esse encorajamento fortaleciam os laços de união do casal, contribuindo, junto aos outros aspectos mencionados, com os interesses morais, sociais e civis da nova aristocracia da Renascença florentina: fazer do matrimônio a base sólida da família e da cidade.

A mãe: exemplo de virtude

A função materna foi primordial dentro da sociedade renascentista. Na Itália, dentro das camadas mais abastadas, a mulher que acabava de dar à luz um filho era mimada e celebrada pela sua família e pelos seus próximos. Assim como a noiva no dia do casamento, a nova mãe ocupava, dentro da casa, um lugar de honra que não tinha paralelo (KING, 1993). A maternidade significava uma função de grande relevância, não somente para as mulheres, mas, ao mesmo tempo, para os homens e para as cidades, já que os filhos significavam descendentes e futuros cidadãos.

A condição para a maternidade definia em grande parte a concepção de beleza feminina da época. Segundo ressaltavam alguns humanistas, a beleza de uma mulher girava em torno de sua aptidão para gerar filhos saudáveis. Na sua obra sobre a família,

Leon Battista Alberti arrisca uma definição desta virtude feminina conforme a concepção dos interesses da alta sociedade florentina e de seu tempo. Através do dizer do personagem Lionardo, ele estima que o atrativo físico em uma mulher, “*se possa julgar não somente no encanto e refinamento do rosto, mas muito mais na complexão formosa e apta a portar e produzir em abundância belíssimos filhos*” (1972:132). Por tal, beleza implicava um corpo forte capaz de gerar “abundância” de filhos.

Desde o momento do casamento, as mulheres das ricas famílias experimentavam ciclos contínuos de gestações. A necessidade da nova aristocracia de perpetuar o nome e o patrimônio demandou das mulheres a fertilidade, principalmente por causa da alta taxa de mortalidade infantil que afetava àqueles tempos. Entretanto, vale ressaltar também, que a morte ameaçava igualmente a muitas mulheres em idade fértil, a própria gravidez e o parto significaram muitos decessos durante a Renascença, tanto das mulheres ricas quanto daquelas pertencentes aos grupos menos abastados. Complicações no momento de dar à luz ou infecções posteriores ao parto causaram a morte de várias mães, sem distinção de idade ou posição social.

É considerável ressaltar, que a importância de gerar filhos era tão acentuada dentro da sociedade florentina, que significava um dos principais motivos do casamento. Barbaro assim se pronunciava a este respeito: “*a união de homem e mulher [...] deve ser estimada, especialmente, para o propósito da procriação*” (In: KOHL; WITT, 1978: 212). A obra de Alberti é condizente com o parecer do humanista veneziano, o personagem Lionardo assim afirmava: “*toma-se uma esposa, principalmente, para se ter filhos*” (1972: 138).

Retornando ao papel social de mãe, este concedia grande dignificação à mulher. A gravidez se constituía uma insígnia de prestígio para a esposa renascentista, e, como foi mencionado anteriormente, a mulher que dava à luz ocupava, entre os seus, um lugar de honra sem par. “*Na Itália e na França, a recém parida era agasalhada e mimada*” (KING, 1993: 16). Espaciais cuidados se lhe recomendavam durante a gestação e o parto, como se percebe no dizer de Lionardo no referido diálogo de Alberti:

a mulher então, assim que se sentir grávida, procurará vida especial, agradável e casta, alimentação leve e nutritiva; não realizar tarefas pesadas, não adormecer; não cair no ócio e na solidão, dará à luz na casa do marido e não em outro lugar; produzido o parto, não deverá se expor ao frio nem ao vento antes que a firmeza de cada um de seus membros esteja totalmente recuperada (1972: 142).

Tais apreensões se relacionavam, sem dúvida, com a preocupação que os riscos da própria gravidez e o dar à luz traziam às mães. Entretanto, a celebração da mulher nestes momentos, a consideração e atenção especial que lhe era brindada no seu entorno, assim

como os presentes que recebia ao dar a luz, correspondiam, sem dúvida, à uma valorização social da função maternal, principalmente, pelas implicações que a descendência trazia para os núcleos dos homens de negócios, a continuidade do nome e prestígio da família, e a preservação da riqueza.⁶ “A quem tenha se esforçado por conquistar riqueza, poder, principados, muito haverá de lhe pesar não ter tido verdadeiros herdeiros e conservadores da sua memória”, dizia Lionardo nesta ilustrativa frase que contém a forma de pensar da elite florentina (ALBERTI, 1972: 128). Além das razões referidas, existia ainda um outro motivo para exaltar a importância dos filhos, este se relacionava com a relação dos esposos e o sentimento de amor-amizade já citado. É mais uma vez Alberti, através do dizer do personagem Lionardo que explica quanto os filhos são “*penhor e estabilidade da benevolência e do amor conjugal*” (1972: 128).

Neste contexto, a ocasião do nascimento significa um momento de grande júbilo e exaltação dentro das casas das famílias mas abastadas. Trazer à vida uma criança envolvia toda uma comunidade informal de mulheres, formada por membros da casa, vizinhas e parentes, além da parteira, suas ajudantes, amas de leite e outros serviçais (KING, 2003). Esta comunidade feminina atendia à futura mãe no seu aposento pessoal, e logo após o alumbramento a reconfortava com banhos quentes, a alegrava com canções e a ajudava com a alimentação e cuidados do recém nascido (RONCIÈRE In: ARIÈS; DUBY, 2004).

Nas famílias mais ricas, as mães encarregavam-se do cuidado e educação dos filhos, mas a amamentação das crianças estava, na grande maioria das vezes, sob a responsabilidade de uma ama de leite. A recusa da amamentação por parte destas mulheres era muitas vezes incentivada pelos próprios esposos, devido ao efeito contraceptivo do aleitamento. O desejo de um número maior de filhos que assegurassem a transmissão da riqueza e do poder, em uma época em que a mortalidade infantil era muito alta, fez com que as famílias da elite florentina evitassem o período de lactância e dessem preponderância aos períodos de fertilidade da mulher.

Esta atitude dos grupos mais abastados colocou em relevância a figura das amas de leite, as quais pertenciam às camadas pobres da sociedade. Contrariamente ao pensar das famílias às quais serviam, a idéia da contracepção durante o aleitamento era interessante a estas mulheres, já que para elas “*um nível de nascimentos demasiado elevado era indesejável devido à escassez de recursos alimentares.*” (KING In: GARIN, 1991: 196). Cabe aqui salientar, que a função das amas de leite era muito significativa e devido a isso estas mulheres eram as serviçais que recebiam os melhores pagamentos na cidade de Florença, embora esta função lhes exigisse deixar seus próprios filhos aos cuidados de

⁶ Entre os presentes que as recentes mães recebiam encontravam-se artigos de grande valor como: tecidos de finas sedas e brocados, jóias, utensílios domésticos de prata, obras de arte, etc.

Representações femininas na aristocracia da Florença do *Quattrocento* – por Maria Verónica Pérez Fallabrino
outras pessoas para alimentar àqueles da aristocracia (KLAPISCH-ZUBER *apud* COHN Jr., 1996).

Contudo, apesar da difusão do mencionado costume dentro dos ambientes aristocráticos, chama muito à atenção a opinião que tanto Barbaro quanto Alberti expressam a este respeito. Contrariamente ao que poderia ser esperado, ambos teóricos oferecem um posicionamento a favor do aleitamento materno. Com estas palavras Barbaro se dirigia às mulheres de seu tempo:

eu imploro e exorto às mais nobres damas que sigam o exemplo de alimentar os seus infantes do seu próprio leite, porque é muito importante para as crianças ser nutridas pela mesma mãe em cujo ventre e de cujo sangue foram concebidas (In: KOHL; WITT, 1978: 223).

Palavras como implorar e exortar transmitem intensidade, deixando talvez entrever a pretensão deste humanista em mudar um costume que era ainda muito arraigado na sociedade. Já em Alberti, apresentam-se ambos posicionamentos, por um lado, o personagem Adovardo explica detalhadamente os cuidados com que devem ser procuradas as amas de leite que alimentarão seus filhos, quais características físicas e morais devem ser pretendidas nestas mulheres para que não transmitam vícios ou defeitos às crianças através da alimentação, assim ele recomenda: “*buscá-la com muito esforço para tê-la a tempo, investigar que ela não seja doente nem libertina, [...] limpa daqueles vícios e daquelas máculas que infetam e corrompem o leite e o sangue*” (1972: 41-42). Sob uma outra perspectiva, o jovem Lionardo defende que o alimento das crianças seja fornecido através do seio da própria mãe, ele diz a Adovardo:

[...] se eu tivesse filhos, eu não me tomaria aquele trabalho de procurar outra nutridora que não fosse a própria mãe. Eu me lembro de Favorino, [...] e todos os outros antigos que louvavam muito mais o leite da mãe do que qualquer outro. Talvez os médicos apontem que dar o leite debilita e torna estéril à mulher. Mas eu acredito que pela natureza seja tudo muito bem providenciado (1972: 44).⁷

Além da similitude de opinião com Barbaro, a mãe como única “nutridora” do próprio filho, o personagem de Alberti também oferece umas palavras muito sugestivas como apologia a esta função materna: “*quanto o amor pelos filhos se conserva e fortalece na mãe quando o filho cresce e se nutre no seu seio*” (1972: 45-46). Considerar este parecer permite cogitar a necessidade que este período manifestou de construir laços afetivos. Ao que tudo

⁷ Favorino: Filósofo e orador do Império Romano (aprox. 80-150).

Representações femininas na aristocracia da Florença do Quattrocento – por María Verónica Pérez Fallabrino
indica, o Renascimento não somente tentou fazer do amor conjugal uma forma de amizade e cumplicidade, mas também percebeu a importância que estabelecer um vínculo amoroso entre mãe e filho significava.

Amplamente relacionado ao que pareceria ser uma necessidade de estabelecer laços de amor filiais, Lionardo recomendava que, durante os primeiros meses após o nascimento, os cuidados do neném fossem específicos da ternura da mãe: “*seja esta primeira idade totalmente longe dos braços do pai, que repouse e durma no colo da mãe*” (1972: 40). Também em referência à capacidade do amor materno Barbaro expressava que a mãe natureza, “*assinou às mulheres o dever de trazer ao mundo e criar filhos não somente por necessidade, mas também pela sua singular benevolência e amor*” (In: KOHL; WITT, 1978: 222).

Entretanto, ser mãe de família não significava apenas dar à luz aos filhos, nutri-los e cuidá-los durante os primeiros meses de vida. A função materna implicava uma responsabilidade ainda maior: a de educá-los. Tal responsabilidade Barbaro a definia como “*o mais sério entre os deveres da esposa*”, e a justificava dizendo que,

a diligência em acumular dinheiro para a família realmente nada significava [...] a menos que um grande cuidado e uma extraordinária quantidade de energia fossem despendidas na criação e instrução dos filhos para os quais a riqueza seria deixada” (In: KOHL; WITT, 1978: 220).

Esta educação, que a mãe era encomendada de transmitir às crianças, baseava-se muito mais em princípios morais e comportamentais do que em intelectuais. A ela cabia tornar a sua prole digna e virtuosa aos olhos da sociedade e do mundo civil. Com tal finalidade, uma vez que seus filhos deixassem a etapa da primeira infância, as mães,

primeiramente, deviam instruí-los nos deveres ao Deus imortal, à pátria, e aos pais, de tal modo que eles fossem impregnados, desde os seus primeiros anos de vida, com estas qualidades que eram o fundamento de todas as outras virtudes. Somente aquelas crianças que temem a Deus, obedecem as leis, honram seus pais, respeitam seus superiores, são gentis com seus iguais e corteses com seus inferiores [...] (BARBARO In: KOHL; WITT, 1978: 224).

Por meio desta passagem, percebe-se a notoriedade do papel das esposas dentro dos núcleos mais abastados. A elas cabia nada menos que “impregnar” nos seus filhos o amor a Deus, à cidade e à família; tendo por base estes princípios, os futuros cidadãos que estas mães educavam se tornariam indivíduos dignos e honoráveis. Entende-se, nas

Representações femininas na aristocracia da Florença do *Quattrocento* – por María Verónica Pérez Fallabrino

palavras de Barbaro acima referidas, que no universo aristocrático florentino a religião desempenhava um amplo papel formativo, instituía atitudes moralmente virtuosas e também afetivas.

Além de usar todo o seu cuidado, esforço e habilidade para imprimir nos filhos amor e devoção a tais instituições, as mulheres tinham que ensinar às suas crianças a manter o comportamento segundo mandava a sociedade,

as crianças deverão conhecer pessoas com um bom comportamento civil, aparência agradável, e falar amigável. [...] elas aprenderão moderação na comida e na bebida, já que isto pode conter, [...] o fundamento do caráter para suas vidas futuras. [...] as mães deverão frequentemente advertir seus filhos a se absterem de rir excessivamente e proibir palavras que denotem um caráter imprudente. [...]. Se os seus filhos disserem alguma coisa obscena ou indecente, as mães não os deverão cumprimentar com um sorriso ou um beijo, e sim com uma surra. [...]. As mães deverão ensinar a seus filhos a sempre dizer a verdade. (In: KOHL; WITT, 1978: 225).

Interessa aqui salientar a importância atribuída à figura materna em “moldar” atitudes, gestos e ações nos futuros jovens e moças da Florença do *Quattrocento*. A elas cabia colocar os limites, cuidar dos hábitos e condutas, e das relações sociais das crianças, para assim criar nelas costume, bom caráter, polidez, respeito e atitudes nobres, características dignas aos olhos da sua sociedade. Era no íntimo do mundo privado, que tal educação do corpo e do espírito, consolidava-se. Às famílias da rica sociedade interessava “armar” seus filhos com valores fundamentados em ideais éticos e morais, os quais eram transmitidos, principalmente, através do exemplo dos pais. As mães foram assim educadoras domésticas da moral e da fé, modelo a ser seguido pelas suas filhas e a ser procurado pelos seus filhos na hora de escolher esposa. A relevância outorgada à função materna na educação virtuosa dos filhos aparece resumida num antigo provérbio citado por Lionardo: “*como queiras os filhos, escolhe a mãe*” (ALBERTI, 1972: 133).

A dona de casa: pilar da vida familiar

Correspondendo às expectativas da alta sociedade, de ser fiel companheira do marido e ótima mãe de família, a mulher passou a ocupar, dentro da casa, um lugar de destaque que se consolidou na sua função de administradora dos assuntos domésticos. Do íntimo do universo privado ela cuidava do esposo, dos filhos e de todas as incumbências relativas à família. Assim, entre os seus, a mulher desempenhava “*uma autoridade real*” (RONCIÈRE In: ARIÈS; DUBY, 2004: 212). Ela se responsabilizava pelas decisões do dia a

Representações femininas na aristocracia da Florença do *Quattrocento* – por María Verónica Pérez Fallabrino
dia, administração dos alimentos, governo dos criados e manutenção da ordem em todos os assuntos relativos ao cotidiano familiar.

Antes de ter o encargo de tal participação social, as mulheres eram cuidadosamente instruídas pelos seus maridos. O chefe da casa transformava “*sua esposa, uma moça tímida, educada em cuidadosa reclusão, em uma segura senhora de criação, uma verdadeira dona de casa*” (BURCKHARDT, 2003: 288). A educação formativa destas jovens, dividida entre os conventos e o cotidiano doméstico, as levava ao casamento ainda com grande inexperiência. Passar do lugar de filha ao lugar de esposa não era uma tarefa fácil, exigia das moças uma adaptação à nova função e ao modo de vida do seu marido. Assim, o esposo, mais experiente – pela sua idade e conselho de seus maiores –, sentia-se na propriedade de conduzir à sua mulher nesta transição. Na obra de Alberti, o patriarca Giannozzo se vangloriava por fazer de sua jovem esposa uma mulher de grande virtude “*foi certamente a minha, pelo sua natureza e costumes, mas muito mais pelos meus conselhos, uma ótima mãe de família*” (1972: 266).

A repentina inserção das esposas na vida familiar de seus maridos afetava, sem dúvida, a realidade das moças da Renascença: um novo ambiente, costumes, responsabilidades, parentes, comunidade, uma nova vida à qual se moldar. Como o marido ajudava na tarefa de adaptação da jovem esposa à nova realidade? Como fazia dela o seu mais fiel apoio? Uma informação interessante neste sentido é fornecida novamente por Alberti, no dizer de Giannozzo:

a poucos dias de minha mulher ter se estabelecido em minha casa, e quando a saudade da mãe e dos seus começou a ser menos grave, eu a tomei pela mão e mostrei-lhe toda a casa, e ensinei-lhe que no alto era lugar para os grãos, e que embaixo era espaço para o vinho e a lenha. Mostrei-lhe onde se encontrava tudo que necessitasse à mesa, e assim, por toda a casa, não restou nenhuma riqueza que a mulher não visse onde estava acomodada, e conhecesse a que utilidade se empregava. Depois retornamos ao meu quarto, e havendo fechado a porta lhe mostrei as coisas de valor, a prata, a tapeçaria, o vestuário, as pedras preciosas, e onde todas elas tinham o seu lugar de repouso (1972: 266).

Esta breve passagem é muito significativa. Em uma primeira instância porque põe em manifesto o sentimento de nostalgia que tomava conta das esposas após se estabelecerem nas casas de suas novas famílias – uma saudade, ao que parece, esperada e compreendida pelos esposos, já que Giannozzo faz alusão a ela com muita naturalidade. O casamento significava uma ruptura na vida das jovens, o cotidiano que até então as havia acolhido era deixado atrás para assumir um outro lugar social, que implicava, em todos os aspectos, uma realidade muito diferente. A nova função que agora lhes correspondia, lhes era apresentada pelo marido. Ele as punha em conhecimento das questões concernentes à

Representações femininas na aristocracia da Florença do Quattrocento – por María Verónica Pérez Fallabrino
organização da casa e lhes ensinava o lugar e a utilidade de cada coisa dentro do espaço familiar. Corresponhia ao homem instruir à esposa nas incumbências domésticas e lhe ensinar os seus mais preciosos objetos de valor. Porque ele fazia isto? Com que intenção? Na obra de Alberti, Giannozzo comenta que após a sua mulher ter visto cada uma das coisas da casa, ele lhe falou:

você viu a nossa fortuna, a qual, graças a Deus, é tanta que nós devemos estar satisfeitos: se nós sabemos conservá-la, ela será útil a você, a mim e aos nossos filhos. Porém, mulher minha, a você cabe ser diligente e ter cuidado tanto quanto cabe a mim (1972: 269).

Assim, ao tornar à esposa consciente do patrimônio familiar, o marido lhe outorgava a responsabilidade pelo cuidado e conservação de seus bens, uma responsabilidade que equiparava à sua própria e que lhe interessava sobremaneira. Este era um dos pontos que equilibrava a mecânica familiar da aristocracia florentina, a idéia do trabalho conjunto para o bem comum. *“Eu procurarei fora que você tenha em casa aquilo que necessite; você cuide que nada disso se utilize mal”*, comentava Giannozzo à sua jovem mulher (ALBERTI, 1972: 270). Nestas poucas palavras aparece sintetizado o significado de comunhão que o pensar dos homens de negócios da época atribuía ao casamento. Ao homem cabia o prover, à mulher o preservar. Muito significativamente, esta “fórmula” para a vida matrimonial, aparece citada por Alberti em mais uma ocasião, desta vez é o personagem Lionardo quem explica as funções opostas e complementares que constituíam a base do universo familiar: *“que o homem [...] traga e arranje aquilo que à família seja necessário e conveniente. A mulher em casa conserve aquilo que ele lhe trouxe”* (ALBERTI, 1972: 127).

Como fiel colaboradora do seu esposo e guardiã do universo privado, a mulher devia se empenhar na administração doméstica, cuidando zelosamente do patrimônio familiar e da supervisão dos serviços. Para ser bem sucedida nesta função, ela devia permanecer em casa e supervisionar tudo que acontecesse no seu íntimo. *“Eu gostaria que as esposas”,* manifestava Barbaro com uma bela alegoria, *“imitassem às abelhas rainhas, que supervisionam, recebem, e preservam tudo aquilo que entra nas suas colméias”* (In: KOHL; WITT, 1978: 217). Corresponder à função de ser *“uma abelha rainha”* implicava tomar cuidado com a compra, armazenamento e uso dos alimentos (farinha de trigo, vinho, azeite, cereais, etc), com a manutenção dos utensílios domésticos, com a preservação dos móveis e de outras riquezas dentro da casa. Mas além destas preocupações, as mulheres deviam se dedicar com grande afinco ao comando de todos os criados ao seu serviço. Para isto,

[...] se uma esposa quisesse que as suas criadas trabalhassem duro dentro da sua casa, ela não deveria instruí-las unicamente com palavras, mas por meio das suas ações, demonstrar, indicar, e ensinar o que elas deveriam estar fazendo (BARBARO In: KOHL; WITT, 1978: 216-17).

De acordo com esta recomendação de Barbaro, era “fazendo” e não “dizendo como fazer” que as donas de casa melhor governariam os seus serviçais. Com tal atitude de disposição e humildade elas ganhariam respeito e reverência, sem as quais não poderiam levar adiante, de forma apropriada, o controle sobre as funções de seus criados. Conforme o parecer de Giannozzo, estreitamente ligado ao pensamento de Barbaro, se a mulher fosse “*ativa e diligente com as coisas, todos os seus a obedeceriam*” (ALBERTI, 1972: 295). Evidentemente, a expressão “todos os seus” exclui a figura do marido. Dentro das casas da aristocracia existia uma hierarquia teórica, na qual o pai tinha precedência sobre a mãe, contudo, depois dele, ela ocupava o primeiro lugar antes de todos os outros membros da família (RONCIÈRE In: ARIÈS; DUBY, 2003).

Foi no bom desempenho de sua função de dona de casa, na proteção do patrimônio familiar e na manutenção da concórdia dentro do núcleo familiar, que a função de esposa ganhou dignidade e prestígio frente à comunidade. O progresso político e mercantil da Florença renascentista deve muito a esta minuciosa forma de organização social, o desempenho público de seus homens e o cuidado doméstico e familiar de suas mulheres.

Em síntese, este estudo teve a possibilidade de refletir os mecanismos de poder que deram forma à organização social dentro dos parâmetros da alta sociedade florentina do século XV, mecanismos mediante os quais as mulheres da elite precisaram apreender e transmitir uma atitude moderada, submissa, casta e delicada perante os seus, mas ao mesmo tempo forte e dinâmica o suficiente para comandar os assuntos que lhe diziam respeito, os quais não eram poucos e muito menos simples: a atenção ao esposo, a educação dos filhos, a administração da casa e o sustento da concórdia entre os membros da família. Casadas com os mercadores, banqueiros e homens de política da Florença renascentista, estas mulheres foram, contraparte e complemento de seus esposos, tornando-se ambos cônjuges elementos essenciais no sustento da entidade familiar, bloco primordial sobre o qual se erguia o governo da cidade. Donas de todas as características que delas se exigiam, as esposas da aristocracia tornaram-se dignas damas da sua sociedade e contribuíram, juntamente com os seus maridos, para a formação de uma nova tradição cultural fundamentada em valores afetivos e em princípios morais muito marcantes, legado que deixaram por herança e patrimônio à sociedade ocidental.

Fontes

ALBERTI, Leon Battista. *I libri della Famiglia*. Torino: EINAUDI, 1972.

BARBARO, Francesco. On Wifely Duties. In: KOHL, Benjamin G.; WITT, Ronald G. *The Earthly Republic: Italian humanists on government and society*. Philadelphia: University of Pennsylvania press, 1978.

Referências Bibliográficas

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BURKE, Peter. *El Renacimiento Italiano: cultura y sociedad en Italia*. Madrid: Alianza, 1995.
CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 13-28.

COHN Jr., Samuel K. *Women in the streets: essays on sex and power in Renaissance Italy*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1996.

D'ELIA, Anthony F. *The renaissance of marriage in fifteenth-century Italy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.

DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. v. 2. Lisboa: Estampa, 1983.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres*. v.2. Lisboa: Afrontamento, 1990.

DURANT, Will. *A Renascença*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GARIN Eugênio. *O Homem Renascentista*. Lisboa: Presença, 1991.

KING, Margaret L. *Mujeres renacentistas: la búsqueda de un espacio*. Madrid: Alianza, 1993.

ROGERS, Mary; TINAGLI, Paola. *Women in Italy, 1350-1650: ideals and realities*. Manchester: Manchester University Press, 2005.

RONCIÈRE, Charles de la. A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. v. 2. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

TINAGLI, Paola. *Women in Italian Renaissance art: gender, representation, identity*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

Recebido em: 28/05/2007

Aprovado em: 30/06/2008